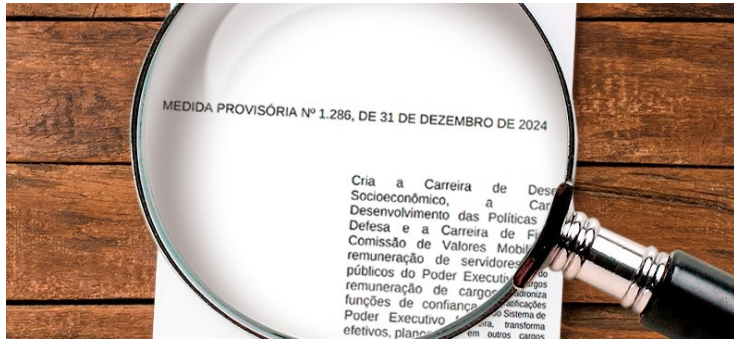




Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3026 15/01/2025

JURÍDICO E SUBSEÇÃO DO DIEESE ANALISAM MP DOS REAJUSTES NEGOCIADOS COM O FUNCIONALISMO



Enquanto o Congresso Nacional segue de recesso e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 não é votada, a assessoria jurídica e a subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef realizam uma leitura técnica com lupa na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024. A MP traz os reajustes, fruto de negociações entre governo e o conjunto do funcionalismo ao longo de 2024.

A MP possui mais de 700 páginas. A leitura técnica é importante para assegurar que nenhum problema de ordem econômica ou jurídica possa afetar os servidores e tudo o que está assegurado em acordo seja cumprido.

Os percentuais negociados com cada categoria estão assegurados a partir de janeiro deste ano e abril do ano que vem, conforme detalhado nos acordos firmados.

MGI envia orientações a gestores

O pagamento, no entanto, não poderá ser feito enquanto a LOA 2025 não for aprovada no Congresso. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) emitiu informe para todas as Unidades de Gestão de Pessoas dos Órgãos e Entidades integrantes do SIPEC (Sistema de Pessoal Civil) para que no pagamento de janeiro de 2025 não estivessem incluídos os reajustes previstos na MP.

O comunicado reforça que o pagamento poderá ser feito apenas “após a conclusão dos processos de votação, sanção, promulgação e publicação” da LOA 2025. O MGI ainda destaca

que os efeitos financeiros estão assegurados a partir de 1º de janeiro de 2025, “conforme o art. 117, §1, da Lei nº 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025)”.

Após a aprovação da LOA, reforçou o comunicado do MGI, novas orientações serão enviadas.

Urgência

Apesar de garantida a retroatividade dos reajustes, com percentuais diferenciados por categoria, a serem aplicados a partir de janeiro deste ano, os servidores têm urgência na efetivação do pagamento. A atuação sindical seguirá focada em garantir que os servidores recebam os reajustes de forma retroativa, em folha suplementar para evitar pagamento de imposto de renda, e em conformidade com as disposições legais.

MINISTRA DA GESTÃO SE PRONUNCIA SOBRE A PRÓXIMA EDIÇÃO DO CNU

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse nesta última terça-feira (14), que a realização de uma possível segunda edição do Concurso Nacional Unificado (CNU) só será anunciada quando o processo da primeira edição for finalizado.

A pasta adiantou o calendário do exame, antecipando a divulgação das notas finais de 11 para 4 de fevereiro. As provas foram aplicadas em agosto do ano passado. “Na minha visão, tendência é que CNU acontecerá”, disse a ministra.

CNU, o “Enem dos Concursos”

Inspirado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o CNU ofertou 6.640 vagas, distribuídas em 21 órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

As provas do “Enem dos Concursos” foram aplicadas em dois turnos (manhã e tarde) em 228 municípios no dia 18 de agosto. Cerca de 970 mil candidatos fizeram o exame. Com isso, o CNU tornou-se o maior concurso da história do país.



Para saber mais acesse
 as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO